



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-CAMPUS XII**  
**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**JULIO CESAR LEMOS DE ALMEIDA**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE  
ADMINISTRAÇÃO: Um estudo de caso na UNEB de Guanambi-BA.**

**GUANAMBI (BA)**  
**2012**

**JULIO CESAR LEMOS DE ALMEIDA**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE  
ADMINISTRAÇÃO: Um estudo de caso na UNEB de Guanambi-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para  
obtenção do grau de Bacharel em Administração de  
Empresas, no curso de Administração da Universidade  
do Estado da Bahia, UNEB.

Orientadora: Prof. M.Sc. Vânia Montalvão

Orientador Metodológico: Prof. M.Sc. Carlos Fernando Leite

**GUANAMBI(BA)  
2012**

A importância da Gestão Ambiental nos Cursos de Administração:  
Um Estudo de Caso da UNEB de Guanambi-BA / Julio Cesar Lemos  
de Almeida... [et al.]. - Guanambi, 2012. – 46 folhas.

Trabalho de conclusão de curso – Universidade do Estado da Bahia,  
Departamento de Educação, Campus XII. Curso de Administração

Orientador: Profª M. Sc. Vânia Montalvão

1. Curso de Administração 2. Gestão Ambiental 3. Universidade do  
Estado da Bahia

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**JULIO CESAR LEMOS DE ALMEIDA**

### **A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO: um estudo de caso na UNEB de Guanambi-BA.**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração. Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA / COMISSÃO AVALIADORA**

---

**Vânia Montalvão**  
Faculdade de Aracruz - FAACZ

---

**Rogério Santos Marques**  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

---

**Sayonara Miranda Oliveira**  
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Dedico essa monografia aos meus pais, atenção, carinho, educação e pela contribuição na construção do meu conhecimento. E ao meu irmão pelo companheirismo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ser a luz no meu caminho, por nunca permitir que eu fraqueje diante das adversidades, e por estar em mim nas conquistas que Ele me concede. Sem Ele não sou nada.

Aos meus pais José e Josabeth, pelo amor, pela força e exemplo de conduta.

Ao meu irmão Marco Antônio por ser meu amigo.

Aos meus colegas de universidade, pelos momentos agradáveis de sala de aula.

A minha namorada Ariadna, pela paciência e encorajamento no decorrer desta.

Aos meus colegas e amigos de trilha, pelos muitos momentos de alegria em suas companhias.

A sabedoria é a coisa principal; adquira, pois, a sabedoria, empregando tudo o que possui na aquisição de entendimento.

Provérbios 4:7

## RESUMO

Atualmente a Gestão Ambiental (GA) está inserida na rotina das empresas e instituições, sendo essencial para o desenvolvimento econômico consciente de que é preciso preservar os recursos naturais. Este trabalho é um estudo realizado na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XII, com o objetivo de verificar a importância da Gestão Ambiental nos Cursos de Administração a partir da análise da grade curricular prevista na Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação de 13 de julho de 2005 e da análise do currículo do Curso de Administração do Campus XII. Neste trabalho foram discutidos os conceitos de GA, sua abrangência e a evolução do pensamento ambiental, a relação das Instituições de Ensino Superior (IES) e a GA, e esta, como diferencial estratégico na carreira dos futuros administradores, para o desenvolvimento sustentável nas organizações que vierem a atuar. Foi adotado uma metodologia de pesquisa bibliográfica com mérito qualitativo, com ênfase no conceito de GA e sua importância como componente curricular nos cursos de administração, onde se observou que a educação ambiental, no âmbito dos cursos de Administração, ainda se encontra em fase de maturação, sendo sua abordagem muitas vezes resumida em uma única disciplina.

**Palavras-chave:** Curso de Administração. Gestão Ambiental. Desenvolvimento Econômico. Universidade do Estado da Bahia.

## ABSTRACT

Currently Environmental Management (EM) is inserted into the routine of companies and institutions, is essential for economic development conscious that we need to preserve natural resources. This work is a study conducted at the University of Bahia State, Department of Education, Campus XII, in order to verify the importance of Environmental Management in Administration Course from the analysis of the curriculum provided in Resolution No. 4 of the National Council of education of July 13, 2005 and the analysis of the curriculum of the Course Administration Campus XII. In this work we discussed the concepts of EM, its scope and the evolution of environmental thinking, the relationship of Higher Education Institutions (HEIs) and EM, and this, as strategic differentiator in the careers of future managers to sustainable development in organizations that may to act. We adopted a methodology of literature research with qualitative merit, with emphasis on the concept of EM and its importance as a component of the curriculum in business schools, where it was observed that environmental education within the courses of Directors, is still maturing and their approach often summed up in a single discipline.

**Keywords:** Course management. Environmental management. University of Bahia Economic mevelopment.

.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Formulação do Problema.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Objetivo.....</b>	<b>13</b>
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>13</b>
<b>2 GESTÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Histórico da Consciência Ambiental.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Conceitos e Abrangência.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 Princípios da Gestão Ambiental.....</b>	<b>19</b>
<b>3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) E A GESTÃO AMBIENTAL..</b>	<b>22</b>
<b>3.1 Parâmetros Curriculares do Curso De Administração.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Gestão Ambiental nos Cursos De Administração.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3 Gestão Ambiental no Currículo do Curso de Administração do Campus XII.....</b>	<b>31</b>
<b>4 MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1 Caracterização da Pesquisa.....</b>	<b>36</b>
<b>4.2 Técnicas de Coleta de Dados.....</b>	<b>37</b>
<b>4.3 Tratamento dos Dados.....</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO 01.....</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho enfatiza a importância da Gestão Ambiental na formação do administrador, e como parte do processo produtivo da empresa contribuindo para a preservação da natureza.

Para melhor entendimento estruturou-se o trabalho em quatro partes inter-relacionadas: primeira parte, o que vem a ser consciência ambiental, como elemento impulsionador da criação do desenvolvimento da área de estudo Gestão Ambiental; em seguida, a definição da GA e sua abrangência como parte do gerenciamento em Administração e sua relação com os estudos relacionados com as questões ambientais nas IES; no terceiro momento será abordado o projeto pedagógico do curso de administração, de acordo com o que prevê o Ministério da Educação na Resolução nº 4 de 13 de Julho de 2005, e a proposta curricular do Curso de Administração do Campus XII.

A gestão ambiental acompanha a humanidade há alguns séculos, e esta intimamente inserida no mundo dos negócios e nas melhorias do meio ambiente e da organização, e esta atua com a ideia inicial de melhorias sem prejudicar o meio ambiente.

### 1.1 Formulação do Problema

As ideias desenvolvidas a partir dos estudos efetivados pelas ciências ambientais têm evoluído substancialmente nos últimos anos, atraindo não apenas interesse de algumas classes de indivíduos, mas tornando-se uma pauta global. O que antes era preocupação com a escassez de recursos Naturais como a água e a floresta, em que o pensador do século XIX, Thoreau, chamava a atenção para o desmatamento dos bosques norte-americanos, se mostra atualmente um pensamento comum entre interesses das esferas privadas e pública.

Para entender o pensamento da preservação ambiental, antes é necessário entender a evolução da consciência em preservar, tomando a proporção global na última década, principalmente com o desenvolvimento econômico/tecnológico provocando mudanças expressivas na forma de realizar negócios, de agir, de pensar, de trabalhar e de se preparar para o mercado, e a pressão deste sobre as

organizações exigindo adequação ao seu ritmo (mercado) de crescimento nos níveis estratégico e operacional, e conseqüentemente, em nível gerencial.

O marco inicial da temática ambiental se deu na Conferência de Estocolmo em 1972, considerado um meio de combate a crise ambiental que já assolava o mundo, principalmente após a criação do Clube de Roma na década de 60, e o envolvimento de outros aspectos econômicos que chamaram a atenção da opinião pública mundial, que foram acidentes ambientais de grandes proporções nesse período histórico.

A consciência ecológica é debatida, em 1987, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundland), elaborando o Relatório Nosso Futuro Comum, versando sobre o desenvolvimento sustentável, em seguida houve ainda a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), Agenda 21, para citar o mais relevantes, e em 2012, foi publicado o "Relatório do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global" criado pelo Secretário Geral das Nações Unidas (2010).

A globalização da economia traz consigo a conscientização crescente da população, internacionalizando os padrões de qualidade ambiental descritos nas normas ISO, servindo de parâmetro para as organizações incorporarem a variável ambiental na tomada de decisão, além do respeito a questão ambiental, segundo Donaire (1999). Diz ainda que é necessário consumidores preocupados com as causas ambientais, para gerarem nas empresas a adequação de sua produção à preservação.

A Gestão Ambiental (GA) foi projetada para permitir as organizações integrarem uma abordagem planejada e organizada para gestão dos efeitos de suas atividades. Nesse contexto é vista, no presente século, como a solução empresarial para o equilíbrio consumo/produção/extração de recursos naturais e o lucro gerado. O fato é que o crescimento do consumo, sem responsabilidade ambiental, intensifica a degradação do meio ambiente, além de gerar resíduos poluentes de todo tipo, produzidos tanto no processo produtivo das indústrias, como no descarte desse produto e embalagens.

As empresas que desejam se manterem no mercado, devem observar os princípios da GA que contribuem para a sua imagem frente a sociedade, adotando posturas de proteção ambiental, como a diminuição da poluição. Todos esses princípios passam por transformações administrativas, estruturais e operacionais, se

convertendo uma posição ética em relação ao meio ambiente. Baseando-se nesses, é que a gestão ambiental é tema constante nas atualizações dentro das corporações.

Desta forma torna-se importante a preparação de profissionais qualificados e generalistas para implementar nas corporações medidas de desenvolvimento de ações que resultem em utilização responsável e racional dos recursos oferecidos pelo meio ambiente, que possibilite suas preservação. Nesse aspecto, as Instituições de Ensino Superior (IES) deverão compreender com profunda convicção de que é um elemento de suma importância como agente multiplicador de conhecimento e de novos saberes, tornando-os compreensíveis, sistematizados e aplicáveis nas ações conscientes que promovam o bem estar social.

Está em evidência atualmente a formação de administradores compromissados com a questão ambiental, pois as empresas quem têm à frente profissionais preocupados com a GA tendem a se destacar no profissionalmente no mercado. Sendo assim, é imprescindível que os formandos de administração tenham em seus currículos disciplinas relacionadas com a gestão ambiental, relevante em debates acadêmicos e sociais.

A problemática é que, diante da conscientização e legislação específica sobre o tema, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC) Campus XII tem adotado a sistemática no currículo do Curso de Administração?

## 1.2 Objetivo

O Trabalho tem como objetivo apresentar parâmetros sobre a importância da gestão ambiental nos cursos de bacharelado em administração, tendo como ponto de partida as diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação, previstos na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 (Anexo 01), para os cursos de Administração e a proposta curricular da UNEB, Campus XII para o referido curso. Assim, pretende-se demonstrar a importância da gestão ambiental na graduação do profissional administrador e suas implicações na qualidade do gerenciamento.

## 1.3 Justificativa

“A Importância da Gestão Ambiental nos cursos de Administração” justifica-se pelos seguintes fatores: crescimento da área de conhecimento ambiental nas últimas décadas, pela necessidade de se preservar os recursos naturais, por estar inserido nas atuais corporações e ser uma preocupação destas em se adequarem a produção limpa e pela aplicação das propostas previstas na Resolução nº 4 do CNE.

Assim essa monografia encontra-se dividida em quatro capítulos, sendo este capítulo primeiro, o introdutório, no qual é apresentado o tema dentro da Administração. Sendo apresentado em seguida o problema do trabalho. Após o mesmo, encontram-se o objetivo geral da pesquisa, e em seguida apresenta-se a justificativa. Já no capítulo segundo trata-se da Gestão Ambiental, da questão da evolução da consciência de preservação ambiental, e as principais conferências que debateram o tema, bem como os conceitos, abrangências e os princípios da GA. No terceiro capítulo versa sobre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a Gestão Ambiental, faz um paralelo entre a tendência em crescimento na ciência administrativa, com o pensamento de proteção ambiental no meio acadêmico. Já no quarto capítulo serão apresentadas as práticas metodológicas de pesquisa e desenvolvimento do trabalho.

## 2. GESTÃO AMBIENTAL

### 2.1 Histórico da Consciência Ambiental

A todo o momento cresce no mundo a necessidade por medidas de preservação ambiental. É sabido que a satisfação das necessidades sociais, e de consumo faz parte do desenvolvimento, este, e a manutenção da vida estão ligadas ao meio ambiente, e a partir da ameaça à aquela é que vem se moldando a conscientização ecológica, gerando uma nova realidade desde então. Realidade que foi despertada com a ocorrência de grandes acidentes ambientais pelo mundo, a exemplo dos nucleares em alguns países, provocando debates de autoridades, e de movimentos sociais recém-criados sobre o enriquecimento capitalista a qualquer custo, sem precauções de acidentes que Guimarães (2001) comenta: “o esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente repulsivo”.

As preocupações com a preservação do ambiente não acompanhavam o rápido desenvolvimento industrial trazendo com ele avanço tecnológico e consequente aumento do capital, começando na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra com Revolução Industrial, atingindo níveis mundiais somente no século XIX, alterando o modo de produção e já ditando regras de consumo a sociedade, levando em consideração, neste momento, apenas o lucro. Sob essa perspectiva Adam Smith (1981) diz que para uma sociedade capitalista se desenvolver é preciso que cada indivíduo pense em seu próprio bem, tendo como resultado o bem de todos.

Esse processo de transição da produção artesanal para a maquinofaturada consolida o capitalismo e acarreta a alavancagem da economia em ritmo acelerado com o aumento da produção e do consumo. Neste contexto Lovins e Lovins (2000) acrescenta que o capitalismo industrial atual se autodestrói ao degradar sua fonte natural.

Do primeiro momento da industrialização até aproximadamente a década de 60 ainda eram muito tímidas as ações de preservação dos recursos naturais, ou não havia publicidade acerca do tema, contudo a partir dos anos 60 há um despertar para a questão ambiental com a formação do Clube de Roma[1], fundado por pesquisadores de países europeus de diferentes áreas do conhecimento, alertando

o mundo sobre o crescimento econômico sem preocupação com os recursos naturais, originando o estudo chamado “Limites do Conhecimento”, mostrando que a sobrevivência do homem é colocada em risco com o acelerado crescimento da população em paralelo com a utilização dos recursos naturais, sendo necessário o alinhamento do desenvolvimento com a preservação ambiental, despertando nas empresas uma reorganização de suas prioridades e fins.

Em Paris em 1968, aconteceu a Conferência sobre Biosfera, uma reunião de cientistas, marcando o início de uma consciência ambiental mundial. Em 1972 a Conferência de Estocolmo, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo - Suíça, contou com a presença de 113 países e mais 400 instituições governamentais e não governamentais, sendo considerado o primeiro encontro global entre nações para discutir a questão ambiental, pontuando que o homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente, e admitiu, ainda, que o melhoramento do meio ambiente e a preservação deste para as gerações presentes e futuras deve uma meta para a humanidade, e para atingi-la, cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos devem aceitar as responsabilidades que possuem. Jacobi (2003), ainda na década de 70, estuda a formação e o surgimento de muitos movimentos ambientalistas estimulados pela Conferência de Estocolmo.

Em 1987, A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundland) elabora um Relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* definiu “desenvolvimento sustentável” como o “desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atingir suas próprias necessidades”, conceito válido ainda hoje quanto a sustentabilidade.

Tendo como base as recomendações da Conferência sobre Biosfera e a influência do Relatório *Nosso Futuro Comum*, realiza-se em 1992 no Rio de Janeiro – Brasil, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), em razão dos 20 anos de debate acerca da sustentabilidade e desenvolvimento econômico e social desde a Conferência de Estocolmo. Resultando nos documentos: Carta da Terra (Declaração do Rio) que em suma previa “estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global ambiental e desenvolvimento”; e a agenda 21 objetivando a aplicação na prática dos princípios da Declaração do Rio, a exemplo do princípio 1: "os seres humanos são o

centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza".

Recentemente, o Secretário Geral das Nações Unidas (2010) criou o "Relatório do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global" intitulado "Pessoas resilientes, Planeta Resiliente: Um futuro que vale a pena escolher", publicado em janeiro de 2012 em Adis Abeba –Etiópia. O Relatório é composto de 56 recomendações de integração do desenvolvimento sustentável às políticas econômicas.

A partir de então, as empresas começaram a implantar sistemas de gestão ambiental (SGA) para não perderem competitividade, orientadas pelas normas e legislações aumentadas ao evoluir o pensamento do desenvolvimento sustentável. Dentre aquelas, as normas britânicas 750 British Standards Institute (BSI), (Especificação para sistemas de Gestão Ambiental), servindo de base para a série ISO 1400 (sistema mundial de normas ambientais) publicadas em 1996.

As normas da série ISO 14000 sobre a gestão ambiental são internacionalmente reconhecidas. A norma ISO 14001[2] relativa ao sistema de gestão ambiental foi também adotada como norma europeia (EN ISO 14001) tendo por isso sido abolidas normas europeias similares, caso da BS 7750. As normas da série 14000 são normas de gestão que não se aplicam a um tipo específico de setor ou empresa, mas dão orientações sobre aspectos fundamentais da gestão do ambiente, tais como avaliação do desempenho ambiental, auditoria ambiental e o próprio sistema de Gestão Ambiental.

## 2.2 Conceitos e abrangência

A expressão Gestão Ambiental é uma prática relativamente recente, surgiu na década de 80, consolidando-se na década de 90 onde surgiram seus principais conceitos e aplicações, e vem ganhando espaço nas organizações públicas e privadas. O termo é abrangente e comumente empregado para nortear ações ambientais de preservação dos recursos naturais ou reposição destes quando empregados como matéria-prima para a indústria, envolve a gestão que englobe todos os aspectos ambientais. O surgimento da Gestão Ambiental se deve da necessidade de organização do ser humano em relação ao meio ambiente (MORALES, 2006), onde houvesse troca mútua, riquezas-preservação-conservação.

A Lei nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) versa sobre atividades relativas ao meio ambiente, definindo no artigo 3º, inciso I, meio ambiente como: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, Kraemer e Tinoco (2004) acrescentam que meio ambiente integra todos os elementos da camada biosfera.

Nas organizações a gestão ambiental é caracterizada pelas políticas e programas que visem a redução ou eliminação dos danos ambientais causados pela produção, utilizando práticas administrativas e operacionais, na visão dos autores Campos, Aberton e Vieira (2004) a organização deve manter o monitoramento dos processos cotidianos promovendo o controle sobre os impactos ambientais. Reis (1996, p.10) define gerenciamento ambiental como “conjunto de rotinas e procedimentos que permite a uma organização administrar adequadamente as relações entre suas atividades e o meio ambiente que as abriga, atentando para as expectativas das partes interessadas”. Por sua vez, a Gestão Ambiental:

envolve planejamento, organização e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão de qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos níveis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais, etc." (NILSSON, 1998, pág. 134).

Já para Barbieri (2011), a GA constitui:

“as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que elas surjam”.

O autor acrescenta ainda que “a expressão gestão ambiental aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental”. Para Tavares (1983) a gestão ambiental perpassa a administração do meio ambiente, segundo ele, envolve o gerenciamento das ações humanas que implicam em impactos ambientais observadas as características ambientais.

Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2007, p.20), definem o tema como:

A gestão ambiental é o conjunto de atividades da função gerencial que determinam a política ambiental, os objetivos, as responsabilidades e os colocam em prática por intermédio do sistema ambiental, do planejamento ambiental, do controle ambiental e da melhoria do gerenciamento ambiental.

Dessa forma, a gestão ambiental é o gerenciamento eficaz do relacionamento entre a organização e o meio ambiente. (SHIGUNOV, CAMPOS e SHIGUNOV, 2007, p.20).

Para Tavares (1983) a gestão ambiental, envolve “todas as atividades humanas as quais tenham significativo impacto sobre o meio ambiente, impacto este, determinado a partir da devida consideração das características ambientais”.

O termo em questão possui diversas definições dadas pelos mais diversos autores e pesquisadores, mas, o objetivo da Gestão Ambiental é comum a todos, o cuidado com o meio ambiente e a extração dos recursos que constituem matéria-prima para a indústria, resultando numa maior qualidade ambiental. O autores citados acima seguem a mesma linha de raciocínio, mostrando que a GA tem um conceito apenas, sendo este o do emprego dos saberes adquiridos no espaço acadêmico na preservação ambiental.

### 2.3 Princípios da Gestão Ambiental

O desenvolvimento do sistema capitalista, o constante avanço tecnológico, implicou em maior produção em todos os ramos da economia e conseqüente aumento do consumo. Sendo assim, atualmente, é preciso que a produção esteja de acordo com as normas de proteção ambiental. Para tanto a Carta Empresarial criada a partir da Comissão Brundtland em seu relatório de 1987, que tem por título Nosso Futuro Comum, relaciona 16 princípios relativos ao desenvolvimento sustentável e à Gestão Ambiental, apresentados por Andrade; Tachizawa e Carvalho (2000):

- a) Reconhecer a gestão ambiental como prioridade e como fator de desenvolvimento sustentável;
- b) Integrar plenamente, em cada organização, políticas e procedimentos como componente essencial de gestão;
- c) Aperfeiçoar continuamente as políticas e programas para o desempenho ambiental das organizações;
- d) Formar, treinar e motivar recursos humanos para desempenhar atividades de forma responsável diante do ambiente;
- e) Avaliação Prévia: analisar os impactos ambientais antes de iniciar os projetos e antes de desativar uma instalação ou abandonar um local;

f) Desenvolver e fornecer produtos e serviços que não produzam impacto sobre o ambiente, que possam ser reciclados, reutilizados ou cuja disposição (deposição) final não seja perigosa;

g) Aconselhar e propiciar a necessária formação aos consumidores, distribuidores e público quanto aos aspectos de segurança a considerar na utilização, transporte, armazenagem e disposição de produtos;

h) Desenvolver, projetar e operar instalações com eficiência no consumo de energias e materiais, utilização sustentável de recursos renováveis, e minimização dos impactos ambientais adversos;

i) Realizar ou patrocinar pesquisas ou investigações sobre os impactos ambientais;

j) Fabricar, comercializar e utilizar produtos de forma preventiva a fim de evitar a degradação grave ou irreversível do ambiente;

k) Exigir a melhoria de procedimentos de empreiteiros e fornecedores contratados que seja de acordo com os em vigor na organização;

l) Estabelecer procedimentos para desenvolver e manter, em caso de emergência ou que haja risco significativo, controle aos impactos ambientais;

m) Contribuir para a transferência da tecnologia e métodos de gestão que respeitem o ambiente;

n) Fixar procedimentos para o desenvolvimento de políticas públicas, programas empresariais, governamentais e intergovernamentais, iniciativas educacionais que valorizem a consciência e a proteção ambiental;

o) Abertura de diálogo com o pessoal da empresa e com o público, em antecipação e em resposta às respectivas preocupações quanto ao risco e aos impactos potenciais das atividades;

p) Definir procedimentos para aferir o desempenho das ações sobre o ambiente.

Baseando-se nestes princípios, entende-se que uma organização que irá trabalhar com a Gestão Ambiental deve adequar sua cultura empresarial.

Essa nova consciência ambiental, surgida com as transformações culturais ocorridas nas décadas de 60 e 70, ganhou dimensão e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem moderno (TACHIZAWA, 2008), já para Seiffert (2007), [...] para que a perspectiva do desenvolvimento sustentável seja

efetivamente materializada, é necessária a implantação de instrumentos de gestão ambiental nos mais diversos níveis.

### 3. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) E A GESTÃO AMBIENTAL

A comunidade internacional despertou para a questão ambiental em 1972, na Conferência de Estocolmo, sobre o meio ambiente e o homem, ganhando destaque na política mundial. Esse evento marcou por sua abordagem generalista quebrando o paradigma de que a preservação não é somente dos produtores e exportadores do hemisfério norte, envolve a todos os países do globo, Cajazeira, (2008) diz que alguns países do hemisfério sul têm mais interesse em preservação que outros países do norte.

Daí em diante a Gestão Ambiental vem ganhando espaço inclusive nas IES, que segundo Kraemer (2004) devem liderar o caminho, incumbidas de prepararem as novas gerações de capital humano qualificado para todas as áreas do saber. Constando nos currículos dos programas universitários, dentre os níveis de ensino, de acordo com a Política do Meio Ambiente prevista nas Leis 6.983/81 e 9.795 que diz em seu artigo 11: “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”.

Segundo o texto da Declaração de Kyoto em 1993, ocorrido em Kyoto no Japão, foi emitido um documento chamando seus membros para:

1. Instar universidades a procurar, estabelecer e disseminar uma compreensão mais clara do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras - e incentivar, as mais adequadas, princípios do desenvolvimento sustentável e as práticas a nível local, nacional e os níveis globais, de forma consistente com as suas missões;
2. Para utilizar os recursos da universidade para encorajar uma melhor compreensão por parte dos governos e ao público em geral, dos perigos físicos, biológicos e sociais inter-relacionados, enfrentados pelo planeta Terra, e reconhecer a interdependência significativa e as dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável;

3. Para enfatizar a obrigação ética da geração atual, para superar aquelas práticas de utilização de recursos e essas disparidades generalizadas que estão na raiz da insustentabilidade ambiental;
4. Para aumentar a capacidade da universidade de ensinar, fazer pesquisa e ação na sociedade em princípios de desenvolvimento sustentável, para aumentar a literacia ambiental, e para melhorar a compreensão da ética ambiental dentro da universidade e com o público em geral;
5. A cooperar um com o outro e com todos os segmentos da sociedade na busca de medidas práticas e políticas para alcançar o desenvolvimento sustentável e, assim, salvaguardar os interesses das gerações futuras;
6. Para incentivar as universidades a rever suas próprias operações para refletir as melhores práticas de desenvolvimento sustentável.

Para Tripolone e Alegre (2006), a Universidade é um centro de estudos, pesquisas e extensão se destacando como instituição de transferência de cultura e ciência à sociedade.

De acordo com o Ministério da Educação, as IES são classificadas quanto a sua organização acadêmica da seguinte forma: Instituições Universitárias: são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Dividem-se em: Universidades; Universidades Especializadas e Centros Universitários; e Instituições Não Universitárias: Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs); Centros de Educação Tecnológica (CETs); Faculdades Integradas; Faculdades Isoladas e Institutos Superiores de Educação.

Tripolone e Alegre (2006) pontuam que “uma universidade é o *lócus* privilegiado, onde os participantes do processo educacional interagem, desenvolvendo e adquirindo conhecimentos e habilidades, com o objetivo de entender e agir sobre a realidade que os cerca”. Já para Tauchen (2007) a IES é parte importante do desenvolvimento sustentável, não como instituições apenas de ensino, mas de pesquisa, inclusive, desempenham papel social importante na criação de ferramentas de propagação do conhecimento, resultando na manutenção da vida.

As Universidades são consideradas como ponto de partida para produções científicas, delas pressupõe-se que a modalidade de educação proposta seja permanente na vida do acadêmico, e sendo a educação ambiental uma modalidade

da própria educação é fator importante para que o graduado ao sair da universidade empregue esse conhecimento no meio em que vive. Conseqüentemente, precisa-se que docentes estejam capacitados para as novas atividades ambientais. Para isso é necessário a inclusão da dimensão ambiental em seus currículos de curso formal.

### 3.1 Parâmetros Curriculares do Curso De Administração

O Ministério da Educação (MEC), órgão responsável pela Educação no Brasil, por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu), com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGrad) coordenou a elaboração das propostas de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação.

A Resolução nº 4, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 13 de Julho de 2005, é a proposta curricular para o curso de Administração, que em seu artigo 2º pauta a organização do curso de administração expresso por meio de seu projeto pedagógico e dita:

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e,

XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

O Projeto Pedagógico do curso dá base ao profissional para ser um futuro tomador de decisões nas empresas ou instituições onde atuarem. As organizações atualmente valorizam os profissionais de administração com boa formação, preocupados com a diversidade do conhecimento multidisciplinar e habilidades na área. Nesse sentido, o mercado exige que as IES se adequem as novas tendências administrativas, dando a estes profissionais especialidades para resolverem as tarefas que esperam por eles fora da universidade. É necessário também compreensão das questões científicas, técnicas, econômicas e sociais da produção e de seu gerenciamento na amplitude do campo de ação do administrador.

As habilidades requeridas pelos profissionais egressos dos cursos de Administração são listadas no artigo 4º da mesma resolução do MEC:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre

fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

As diretrizes curriculares dos cursos de Administração previstas em seu projeto pedagógico visam preparar o administrador para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente.

O profissional de administração vai lidar, ainda, com a inovação tecnológica, com ampliação da área de atuação com o surgimento de novos campos de atuação, como é o caso da gestão ambiental, tão em voga na última década e mais ainda na atual. Para tanto é preciso que as IES, na adequação do currículo de seus cursos, envolva conteúdos inter-relacionados com as realidades nacional e internacional. Na formação básica, deve abranger conteúdos das áreas das ciências humanas: antropologia, sociologia, filosofia; ciências econômicas e contábeis; e tecnologias atuais, já na formação profissional, estudos relacionados às teorias da administração como marketing; financeira; recursos humanos e serviços; em seguida os conteúdos e procedimentos inerentes à administração como pesquisa operacional, estágios e outros estudos quantitativos; finalizando, um currículo do curso de administração deve oferecer formação complementar, aquelas que venham enriquecer a formação do graduado.

Percebe-se a preocupação ambiental na metodologia de ensino do curso quando, no artigo 4º da Resolução nº 4 CNE, o profissional administrador estuda disciplinas que contemplam a formação com valores éticos, teóricos, gabaritados para resolverem problemas, apresentar soluções em conformidade com a cadeia

produtiva, refletindo criticamente sobre esta. Não há formação específica para a gestão ambiental no currículo, mas está implícita no momento que envolve a produção, logística, marketing e materiais.

O currículo do administrador deve conter a base para sua atuação eficaz, acompanhando a evolução do pensamento da preservação ambiental.

### 3.2 Gestão Ambiental nos Cursos de Administração

Por mais que a preocupação com o meio ambiente seja um discussão que fez parte da vida humana desde o período da industrialização no mundo, deixando de ser exclusivamente de preservação para ser função da administração, ampliando substancialmente seu conceito. A Gestão Ambiental ainda é uma carreira recente, mas tem estado em voga na administração atual inicialmente com as grandes corporações e já chegando as micro e pequenas empresas (MPE). O SEBRAE Nacional informa que as MPE não podem ficar de fora do gerenciamento ambiental, porque são geradoras de empregos e de desenvolvimento local, para tanto promove palestras e cursos de capacitação sobre o assunto. Para Ribeiro (2004), a incorporação de medidas ambientais pode melhorar a imagem da empresa e ainda, reduzir custos. Drucker (1995) diz que presidentes e diretores devem acompanhar as novas tendências da administração integrada e bem articulada em todos os seus setores.

No atual contexto, o conceito de ecologia e aplicação desta nas políticas de atuação da empresa vem crescendo e ditando tendências, como é o caso da gestão ambiental, constituindo área específica dentro da empresa, e por consequência, segundo Andrade; Tachizawa e Carvalho (2000) pontuam que se fazem necessários profissionais capacitados para atuarem nesses setores, introduzindo uma nova mentalidade, provocando mudanças de gerenciamento. Sendo assim, se insere nesse espaço as Instituições de Ensino Superior buscando novos posicionamentos frente a questão ambiental na tentativa de conciliar crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

Por esta razão, os cursos de Administração, no nível de graduação, especialização, bem como de pós-graduação, podem levar em consideração em seu currículo e, portanto, em seu projeto pedagógico e no seu processo ensino-aprendizagem, novas disciplinas na formação profissional do Administrador; entre elas a Gestão Ambiental, com o objetivo

de acompanhar as transformações e as necessidades do mercado diante do processo de globalização (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2000).

Diante das exigências do mercado de trabalho e com base na proposta de projeto pedagógico da Resolução nº 4, o curso de administração deve apresentar uma nova proposta de formação que esteja em conformidade com o perfil polivalente que as organizações procuram.

Nesse sentido e de forma ampla, Gallon, Mecca e Colauto (2006), dizem que as ações de inclusão social, preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico, entre outros, são merecedores de atenção pelas instituições.

A Gestão Ambiental se torna importante para a formação do administrador em função das mudanças gerenciamento estratégico ocorridas nos últimos tempos. Tempo estes em que a preservação ambiental torna-se função administrativa, ocupando tarefa importante nas organizações como as de grande capital, que investem pesado conservação do meio ambiente frente sua exploração e linha de produção utilizando recursos naturais, elas estão se preocupando em apresentar soluções que supra à linha consumo/produção sem maiores impactos no meio ambiente.

Essa inclusão de que é preciso preservar, e mais, que é necessário repor, nos objetivos da administração, amplia significativamente seu conceito, visto que empresários e administradores, introduziram em suas empresas medidas como: a reciclagem e o controle dos gastos com energia e desperdício de água. São algumas, entre outras inovações ambientais, práticas que se difundem rapidamente.

Essa linha de raciocínio permite, segundo Tachizawa (2008), uma maior compreensão do funcionamento de uma organização em relação ao contexto ambiental no qual está inserida, feito isso, pode-se tipificar a organização com base na análise das características apresentadas em função de seu setor econômico, ou seja, cada empresa, instituição, organização vai agir em relação ao meio segundo suas perspectivas de produção, avaliando o impacto que possa gerar.

Tabela 01 – Exigência de gestão ambiental e tipo de negócio.

Tipo de Negócio	Ênfase	Exigência/necessidade de gestão ambiental e responsabilidade social
-----------------	--------	---

<b>Tipo de Negócio</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Exigência/necessidade de gestão ambiental e responsabilidade social</b>
Supermercado	Giro de estoques	Baixa
Recursos energéticos	Investimento a longo prazo	Altíssima
Aeroportuário	Logística	Alta
Comércio varejista	Disponibilidade de produtos	Baixa
Comunicações e correios	Automação	Moderada
Veículos automotores	Produção em escala	Alta
Aeronáutico	Confiabilidade	Altíssima
Satélites	Complexidade	Altíssima
Seguradoras	Serviços	Baixa
Química	Integração	Altíssima
Engenharia	Acervo técnico <i>know how</i>	Baixa
Publicidade e propaganda	Talentos humanos	Baixa
Papel e celulose	Economia de escala	Altíssima

Fonte: Tachizawa (2008, pág. 138)

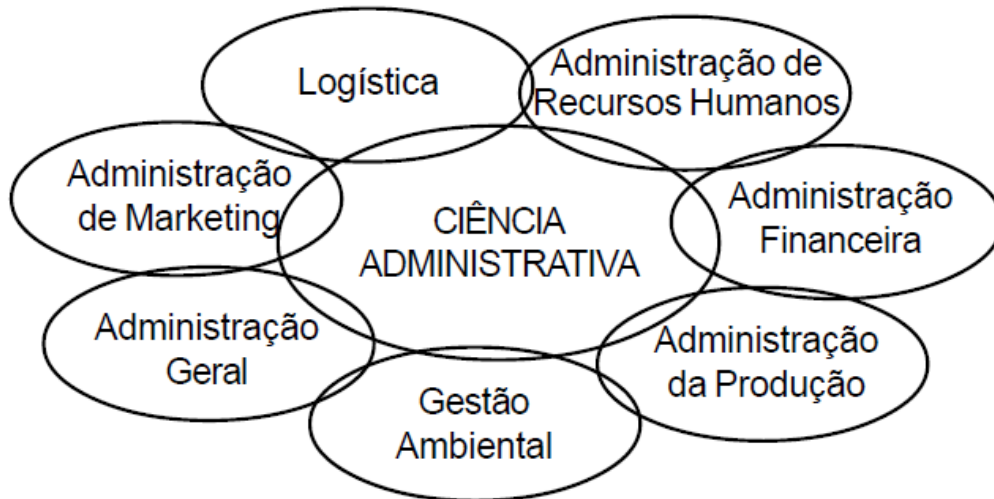
Deduz-se, então, que o gerenciamento ambiental transpassa a administração, seja ela pública ou privada, e se estende aos outros campos do saber e da ciência. Atua nas questões pertinentes à economia, sociologia, engenharia, direito, à teoria das organizações sistemas e métodos, química, eletrônica, teoria do estado e planejamento.

A administração pode ser considerada uma ciência, necessitando de incorporação de novos conteúdos emergentes. Nesse aspecto, Shigunov Neto, Teixeira e Campos (2005) acrescentam:

A Ciência Administrativa é a sistematização dos conhecimentos humanos produzidos acerca das organizações, portanto, a Ciência Administrativa tem como objeto de estudo as organizações. Entretanto, para a compreensão da complexidade organizacional a Ciência Administrativa apropria-se dos conhecimentos gerados por outras ciências e áreas de conhecimento humano (SHIGUNOV NETO, TEIXEIRA e CAMPOS, 2005, p.21).

Os autores Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2007) sintetizam na figura abaixo as áreas que a ciência administrativa abrange e destaca que cada área de conhecimento mostrada, podem ser desdobradas em muitas outras.

Figura 01: Áreas da Ciência Administrativa



Fonte: Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2007)

Apesar de recente, a Gestão Ambiental que começa a tomar grandes proporções sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores e sendo incorporada às ciências administrativas.

As corporações de hoje, observam a legislação ambiental para implantação de políticas de conscientização de seus cooperadores na busca de procedimentos gerenciais corretos, levando-se em conta que os recursos naturais são limitados, e têm um preço ao ser utilizados, a população humana esta em constante crescimento e exerce um alto impacto ao meio ambiente, e as pressões públicas que as organizações sofrem para serem responsáveis ambientalmente.

Surge uma tendência em meio à população, de compradores de produtos produzidos de acordo com as normas de preservação ambiental, assim como investidores que preferem as empresas lucrativas e que observam os cuidados ambientais.

Para tanto o objetivo da administração sempre foi o sucesso da organização, passando de cargos e tarefas e se transformando em órgãos e funções até as teorias mais modernas sobre administração, é preciso estar de olho nas mudanças e tendências mundiais de gerenciamento, e estas vêm crescendo velozmente. É fundamental que a empresa esteja preparada para estas mudanças, pois o nível de

complexidade atingido pelo ato de administrar requer que o papel do profissional da área seja redefinido a fim de garantir a perpetuidade da organização.

Bonilla (2008), se referindo à Educação Ambiental como elemento básico na formação em administração, propõe a criação da disciplina Administração e Meio Ambiente.

### 3.3 Gestão Ambiental no Currículo do Curso de Administração do Campus XII

O Curso de Bacharelado em Administração do Campus XII – Guanambi foi incluído na proposta do Plano de Expansão da Universidade dos cursos de graduação, conforme Portaria nº 1990 de 20 de agosto de 2003, posteriormente, a Resolução nº 288 do CONSU/UNEB, de 13 de julho de 2004, cria, autoriza a implantação e o funcionamento do referido curso neste Campus.

O Curso de Bacharelado em Administração do DEDC XII visa à formação humanística, técnica e científica do aluno. Sendo assim, tal curso se fará pautado de forma a despertar a visão crítica, política, social, criativa e ética, para que o futuro profissional possa tomar decisões, empreender com competência e atuar interdisciplinarmente na administração das organizações governamentais e não governamentais como agente de transformação e desenvolvimento.

A proposta da Universidade é de uma formação superior que possa abranger a administração nessa nova ordem de emergentes mudanças sociais, tecnológicas e científicas. Para tanto, o curso terá por finalidade atender às demandas das realidades do município de Guanambi e região circunvizinha, sob aos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Pensar a formação do Administrador na sociedade contemporânea – onde os avanços da tecnologia, da comunicação e da informação redimensionam a estrutura do trabalho, gerando desemprego em massa – requer pensá-la para as exigências da sociedade em curso. Assim, o curso de Administração, enseja formar profissionais com visão sistêmica da realidade social, que, a partir de conhecimentos técnico-científicos e de reflexão crítica, possam estar atentos à relevância social do desenvolvimento na atualidade. Enfim, um profissional que apresente flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do

Administrador, capaz de compreender, analisar e intervir na estrutura social e econômica do país, através de uma atuação marcante em termos regionais.

O profissional do Curso de Administração estará legalmente apto a atuar como profissional em: Empresas, Comércio, Indústrias, Hospitais, Hotéis, Área Rural, Cooperativas, Consórcios, Imóveis, dentre outras.

Segundo Ferreira (2008), somente a presença da disciplina no currículo do curso não é suficiente para formação de administradores conscientes do seu papel ambiental, e recomenda que a temática faça parte de toda a grade curricular, ausência dela se mostra prejudicial a formação do administrador. Neste contexto, Paulo e Ferolla (2010) afirmam ser muito difícil pensar em GA se as escolas de Administração lançarem no mercado futuros tomadores de decisão que jamais pensaram em decidir pelo bem comum.

Diante disso os cursos de Administração servem como referências iniciais para mudar essa realidade, haja vista ocorrer nelas a formação do administrador tanto na questão socioambiental quanto na constituição de valores dos indivíduos. Paulo e Ferolla (2010) ainda acrescenta que o curso de administração deve proporcionar aos futuros gestores que transcenda o utilitarismo puro e simples e passe a avaliar os benefícios da tomada de decisão em direção à sustentabilidade.

O curso deve, portanto, trabalhar esses conceitos de GA e sustentabilidade na formação do profissional não somente no sentido da pesquisa, mas no preparo do gestor ambiental para conduzir a organização com habilidade e base teórica necessária, pois no mundo percebe-se um crescente interesse, onde as empresas esperam não somente benefícios financeiros que possam surgir, visualizam também os riscos de não empregarem soluções para os problemas ambientais.

Destaca-se, que de acordo com a proposta desse trabalho de monografia, e dada a importância e a complexidade da questão da preservação ambiental nas corporações, faz-se necessário a introdução de uma disciplina com enfoque ambiental na graduação do curso de Administração que fornecerá base relevante da temática aos graduandos, neste contexto a estrutura curricular do curso do Campus XII é composta das seguintes disciplinas, distribuídas em oito semestres:

1º Semestre:

**Fundamentos da Administração** – com carga horária de 75h;  
**Teoria Econômica I** – com carga horária de 75h;  
**Matemática** – com carga horária de 75h;  
**Filosofia e Ética** - com carga horária de 60h;  
**Língua Portuguesa** – com carga horária de 75h;  
**Metodologia do Trabalho Científico** - com carga horária de 75h.

2º Semestre:

**Sociologia Aplicada a Administração** – com carga horária de 60h;  
**Psicologia Aplicada à Administração** – com carga horária de 60h;  
**Teoria Geral da Administração I** – com carga horária de 75h;  
**Teoria Econômica II** – com carga horária de 60h;  
**Gestão Empresarial** – com carga horária de 60h;  
**Geografia Humana e Econômica** – com carga horária de 75h.

3º semestre:

**Matemática Financeira** – com carga horária de 75h;  
**Teoria Geral da Administração II** - com carga horária de 75h ;  
**Administração e Recursos Humanos I** – com carga horária de 60h;  
**Informática Aplicada** - com carga horária de 60h;  
**Marketing I** – com carga horária de 75h;  
**Economia Brasileira** – com carga horária de 75h.

4º Semestre:

**Administração de Materiais** – com carga horária de 75h;  
**Organização de Sistemas e Métodos** - com carga horária de 60h;  
**Marketing II** – com carga horária de 75h;  
**Administração e Recursos Humanos II** – com carga horária de 75h;  
**Contabilidade I** – com carga horária de 60h.

5º Semestre:

**Direito do Trabalho** - com carga horária de 60h;

**Contabilidade II** – com carga horária de 60h;

**Estatística I** – com carga horária de 75h;

**Metodologia e Técnica da Pesquisa** – com carga horária de 60h;

**Administração de Produção e Operações I** – com carga horária de 60h;

**Introdução de Direito Público e Privado** – com carga horária de 75h;

**Administração Rural** – com carga horária de 45h.

6º Semestre:

**Seminário de Pesquisa** – com carga horária de 60h;

**Associativismo e Cooperativismo** – com carga horária de 45h;

**Contabilidade de Custos** – com carga horária de 60h;

**Pesquisa Operacional** - com carga horária de 60h;

**Estatística II** – com carga horária de 75h;

**Sistema de Informação e Gerência** – com carga horária de 60h;

**Administração de Produção e Operações I** – com carga horária de 60h.

7º Semestre:

**Pesquisa e Estágio em Administração** – com carga horária de 105h;

**Empreendedorismo** – com carga horária de 60h;

**Administração de Produção e Operações II** – com carga horária de 60h;

**Planejamento Estratégico e Empresarial** – com carga horária de 60h;

**Mercado de Capitais** – com carga horária de 60h;

**Legislação Comercial e Ética** – com carga horária de 75h.

8º Semestre:

**Estágio em Administração** – com carga horária de 195h;

**Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC)** – com carga horária de 75h;

Disciplinas Optativas:

**Gestão Pública** – com carga horária de 60h;

**Administração Financeira e Orçamentária** – com carga horária de 75h;

**Administração Hospitalar** – com carga horária de 60h;

**Gestão Ambiental** – com carga horária de 45h;

**Gestão de Organizações Hospitalares e Hoteleiras** – com carga horária de 60h;

**Desenvolvimento Regional e Agronegócio** – com carga horária de 60h.

Nota-se no ementário acima, que a disciplina Gestão Ambiental é ofertada como optativa, ela não figura na grade curricular obrigatória que compõe o referido curso. A carga horária da disciplina de 45 horas deveria ser também de 60 horas, não só para acompanhar os outros componentes curriculares, mas principalmente, considerando a importância e complexidade do conteúdo para os discentes.

Como demonstrado no decorrer do trabalho a importância da GA na carreira do administrador, da sobrevivência das organizações nesse novo contexto, e para a conservação do meio ambiente, a componente curricular Gestão Ambiental não deve ficar restrita a uma única disciplina criando um vácuo entre a educação ambiental e o profissional formado. Com base nos autores estudados do transcórre dessa pesquisa, recomenda-se que a temática seja contemplada em todas as grades curriculares do curso, só então as IES estarão aptas a formar administradores vinculados efetivamente com os valores sustentáveis no mundo.

Gonçalves (2009) pontua que uma consequência da mobilização mundial sobre questões ambientais é que, com isso a importância do meio ambiente para a humanidade e para as organizações não é mais questionada. Dessa forma a UNEB de Guanambi deve estar preparada para compreender as dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável, e saber que este não se limita somente a variável ecológica, mas a um processo múltiplo que leva em conta também a viabilidade econômica.

## 4. MATERIAIS E MÉTODOS

### 4.1 Caracterização da Pesquisa

A presente monografia, com mérito qualitativo-interpretativo, trata-se de um estudo bibliográfico, cuja metodologia apoia-se em pesquisa exploratória, estudo de caso, com leitura seletiva do material de estudo, bem como em sua revisão, criando no trabalho um corpo de literatura compreensível. A escolha do método justifica-se por permitir ao pesquisador inferir com maior grau de fidedignidade aos dados coletados nas obras.

Macêdo (2001, p.102) identifica na pesquisa qualitativa alguns aspectos essenciais:

Ela é descritiva. O ambiente e as pessoas nele inserido não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo. O ambiente natural é a fonte direta dos conteúdos e o pesquisador é o instrumento fundamental. A preocupação do investigador está no significado que as pessoas dão às coisas e à própria vida. Não parte de hipótese a priori, utiliza o enfoque indutivo na análise das informações. Quando o estudo é de caráter descritivo o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é provável que a análise qualitativa seja a mais indicada.

O estudo de caso foi realizado na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XII, localizada na Avenida Universitária Vanessa Cardoso e Cardoso de Lira, s/n, no Bairro Ipanema na Cidade de Guanambi estado da Bahia. O DEDC XII oferta quatro cursos presenciais: Bacharelado em Administração, Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Enfermagem e Licenciatura em Pedagogia, um curso à distância, Bacharelado em Administração, oferta ainda dois cursos do Programa Especial para Formação de Professor do Estado (PROESP): Licenciaturas Plenas em Geografia, Matemática, e mais quatro cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Plataforma Freire): Licenciaturas em Artes Visuais, Educação Física, Letras e Pedagogia.

A Universidade conta com 1038 estudantes matriculados no segundo semestre do ano de 2012, 18 funcionários e 38 professores, esses dados foram obtidos junto à Secretaria Acadêmica e no setor de Recursos Humanos do campus.

O Departamento de Educação Campus XII, foi escolhido para o estudo de caso, por ser referência para a Guanambi e região em ensino superior, e por ser a única universidade pública, desta região, a oferecer o curso de Administração, e, em tese, formar administradores que estarão diretamente ligados ao mercado local.

Para escolha do tema levou-se em consideração a relevância do assunto na atualidade, e a real necessidade da preservação dos recursos naturais. Tomando como ponto de partida a universidade que adquire papel fundamental para o desenvolvimento da consciência ambiental em seus graduandos através do seu papel de formação do sujeito crítico, ético e com ampla visão do ambiente em que está inserido.

#### 4.2 Técnicas de Coleta de Dados

O levantamento bibliográfico foi realizado na biblioteca do Campus XII, e através de sites da web, utilizando palavras-chaves como Gestão Ambiental/Instituições de Ensino Superior como referência, e ainda informações relativas ao currículo do curso de Administração foram obtidas na Secretaria Acadêmica do departamento. O acesso ao fluxograma do curso de Administração foi realizado no Colegiado do Curso e em acesso à página web da universidade, especificamente do DEDC XII.

#### 4.3 Tratamento dos Dados

Após o levantamento bibliográfico, realizou-se uma leitura exploratória do material encontrado. Foi possível, com essa leitura, selecionar o material relevante a este trabalho, em seguida foi realizada leitura seletiva para determinar o material que mais interessava ao trabalho, sendo fundamental a busca por evidências relacionadas à problemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das argumentações apresentadas ao longo do trabalho, chega-se a etapa final da pesquisa. Demonstrou-se com a ela que a Gestão Ambiental é importante para os cursos de Administração por atuar em todos os segmentos empresariais modernos, onde se tem levado em conta as questões ambientais, para isso Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002), expressa que as organizações devem estar preparadas para a complexidade das atuais demandas ambientais da sociedade, assim como a expansão da consciência coletiva em relação ao meio ambiente, e que esse posicionamento, exige gestores que saibam conciliar os objetivos econômicos de suas organizações com os cuidados ambientais. Lembrando que de acordo com os autores pesquisados, fica evidente que a formação do profissional generalista formado nos cursos de Administração das IES é requerida nesse novo padrão da gestão ambiental em suas dimensões de conteúdo, considerando a promoção da educação em todos os níveis de ensino.

Em detrimento dessa preocupação ambiental, surge nas sociedades mundiais, o debate sobre a utilização dos recursos naturais, de forma sustentável. Então, dá-se início a realização de várias conferências, como a de Estocolmo, entre várias outras, cujos objetivos básicos, eram discutir alternativas de redução dos níveis de poluição do planeta.

A Gestão Ambiental, apesar de ser área nova, se desenvolve muito rapidamente, exigindo do futuro administrador conhecimento teórico capacitando-o para atender as tendências e exigências não só da corporação e do mercado, mas também da própria sociedade. A abertura dessa nova teoria da gestão levará as instituições a programarem disciplinas condizentes com a conservação ambiental, pois esta se justifica pela importância para o futuro da organização e da sociedade.

Respondendo a questão da pesquisa e após análise da grade curricular do Curso de Administração do Campus XII, constatou-se que é necessário que o curso se adeque à nova ordem corporativa de preocupações ambientais, refletindo se seu ementário está proporcionando a formação de profissionais comprometidos com as questões ambientais tão debatidas atualmente.

Finalmente, apesar de a pesquisa servir como subsídio para novas investigações sobre os motivos dos conteúdos de Gestão ambiental estarem

compactados numa única disciplina, e por vezes figurar entre as disciplinas optativas nas grades curriculares dos cursos de Administração.

Diante deste quadro de gestão ambiental e responsabilidade social, este pesquisador sugere que se programem reflexões em todos os espaços acadêmicos e sociais acerca da gestão ambiental. As ações relacionadas à proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais devem ser praticadas por todos, lembrando-se que é preciso administrar investimentos em gestão ambiental de para que isso aconteça.

Isto posto, cabe ainda considerar que deve ser estimulada a formação em GA na graduação dos administradores, considerando seu papel nas organizações.

"A sociedade ao longo dos últimos três séculos passou por mudanças de paradigmas sociais extremamente marcantes" (SEIFFERT, 2008, p. 3), o que, conforme a autora, diz respeito não somente à questão do crescimento populacional e sua distribuição, mas, principalmente, à questão dos padrões de produção e consumo exagerados que extrapolam a suportabilidade do planeta.

Portanto, a inclusão da Gestão Ambiental nos parâmetros curriculares se faz imprescindível, uma vez que o "Desenvolvimento Sustentável deve ser colocado em destaque para que teorias relativas à sustentabilidade sejam praticadas e aplicadas na íntegra e, assim, consolidar a excelência empresarial, haja vista que o desempenho da empresa deve considerar sua capacidade de mensurar e controlar riscos.(MONTALVÃO, 2010, p. 96).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takechy e CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo, Markon Books, 2002.

ÁVILA, Gilberto Jesus; PAIVA, Ely Laureano. **Processos operacionais e resultados de empresas brasileiras após a certificação ambiental ISO 14001**, REVISTA GESTÃO & PRODUÇÃO. São Leopoldo, set.-dez 2006.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo, Saraiva, 2011.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CAJAZEIRA, Jorge E. R. **Uma reflexão sobre o futuro: gestão para a qualidade, gestão ambiental, gestão social**. Parceria em Qualidade. Rio de Janeiro, 1998.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; ALBERTON, Anete; VIEIRA, Rodrigo. **Implementação de Sistemas Gestão Ambiental (SGA) para Pequenas Empresas: Uma Réplica dos Modelos Tradicionais?** In: XXVIII Encontro da ANPAD – EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. Trabalhos apresentados. Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>> Acesso em: 12 dez. 2012.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, D. D. M.; FERREIRA, L. F. **O ensino de gestão ambiental nos cursos de administração de empresas nas IES (instituições de ensino superior) do estado de Santa Catarina: um estudo exploratório**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 4., 2008, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

GALLON, A; MECCA, M; COLAUTO, D. **Ações sociais e ambientais estratégicas em Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema ACADEMIA**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 6, 2006, Blumenau. *Anais...* Blumenau, FURB, 2006.

GUIMARÃES, M. A. **"Ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento"**. VIANA, G. Et al. (Org) O desafio da sustentabilidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi\\_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf](http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

KRAEMER, M. E. P., TINOCO, J. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

KRAEMER, MARIA E. P. **Gestão Ambiental: Um Enfoque no Desenvolvimento Sustentável**, 2004. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>>. Acesso em: 12 dez. 2012

LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **O Capitalismo Natural**. Revista Exame, São Paulo, 2000.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Ensino Superior**, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

MONTALVÃO, Vânia. **A Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental muda o desempenho de pequenas empresas na atualidade**. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Gestão Ambiental – Faculdade de Aracruz, Espírito Santo, 2010.

MORALES, Angélica Góis Müller. **Formação do Educador ambiental: (re)construindo uma reflexão epistemológica e metodológica frente ao curso de especialização em educação, meio ambiente e desenvolvimento - UFPR**. In: VI EDUCERE- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006, Curitiba. Anais do VI Educere. 2006. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-011-TC.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2012.

PAULO, R. R. D.; FEROLLA, L. M. **Ensaio sobre a educação ambiental na formação de gestores**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2010.

RIBEIRO, Isabel de Cássia Santos. **Licenciamento ambiental simplificado: uma análise crítica aplicada à realidade das micro e pequenas empresas da Bahia**. 2004. 220 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SEIFFERT, Mari Elizabeth Bernardini. **Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001 e saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001): vantagens da implantação integrada**. São Paulo: Atlas, 2008.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental**. Atlas, 2007.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; TEIXEIRA, Alexandre Andrade & CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. **Fundamentos da Ciência Administrativa**. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2005.

SHIGUNVO NETO, Alexandre; CAMPOS, Lucila Maria de Souza & SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental**. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2007.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 e 1983. 2 vols.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. Atlas. 2008.

THE KYOTO DECLARATION, 1993. Disponível em:  
<<http://www.iisd.org/educate/declarat/kyoto.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

TRIPOLONE, I. C.; ALEGRE, L. M. P. **Universidade Tecnológica Articulada com a Sociedade Através da Extensão Social**. Tecnologia & Humanismo, n. 31, setembro, 2006.

CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO. Disponível em:  
<[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc)>. Acesso em: 10 dez.12.

[1] CLUBE DE ROMA. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/>>. Acesso em: 08 dez 2012.

CURSO DE AMINISTRAÇÃO, CAMPUS XII. Disponível em:  
<<http://www.uneb.br/guanambi/dedc/administracao/sobre/>>. Acesso em: 08 de dez. 2012.

[2] ISO 14001. Disponível em: <[http://200.144.189.97/phd/LeArq.aspx?id\\_arq=2236](http://200.144.189.97/phd/LeArq.aspx?id_arq=2236)>. Acesso em 16 dez. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em:  
<<http://www.onu.org.br/painel-da-onu-sobre-sustentabilidade-global-afirma-que-futuro-precisa-ser-baseado-em-impactos-reais-para-as-pessoas-e-para-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

**ANEXO 01****CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005.**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

**O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nos 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nos 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e,

XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a

prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES  
Presidente da Câmara de Educação Superior